

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	19
Balancos patrimoniais	23
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa	28
Demonstrações do valor adicionado	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras	30



EPR Infraestrutura MG S.A.

Relatório da Administração 2024

Relatório da Administração 2024

São Paulo (SP), 31 de março de 2025 – A EPR Infraestrutura MG S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra MG”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

EPR Infraestrutura MG S.A.

A EPR Infraestrutura MG S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 04 de junho de 2024, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Maranhão, nº 1666, Bairro Umuarama, no município de Uberlândia - MG.

A Companhia tem por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais.

EPR Via Mineira S.A.

A EPR Via Mineira S.A. foi constituída em 20 de maio de 2024, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão.

O “Contrato n.º 004/2023” foi celebrado em 04 de julho de 2024 com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O prazo de concessão é de 30 anos, a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 04 de julho de 2024.

A Concessionária opera 03 praças de pedágio e 05 Postos de Atendimento ao longo dos 232 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 15 municípios, todos no estado de Minas Gerais.





Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora indireta da EPR Via Mineira, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia federal no Estado do Paraná.

Em 19 de dezembro de 2024, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 6 do estado do Paraná.



Mensagem do Diretor Presidente

A EPR Infraestrutura MG é a controladora da EPR Via Mineira.

Em 2024, a EPR Via Mineira avançou significativamente na segurança viária, no atendimento ao usuário e na modernização da infraestrutura da BR-040. Desde o início da concessão, foram executados serviços essenciais como a requalificação do pavimento com revestimento asfáltico (CBUQ), implantação de sinalização horizontal e vertical, instalação de tachas refletivas, limpeza e manutenção de drenagem, controle da vegetação e remoção de resíduos das faixas de domínio. Além disso, fortalecemos nossas operações em conjunto com a Defesa Civil no combate a incêndios, garantindo maior proteção ao entorno da rodovia.

Um marco desse primeiro ano foi a execução do Plano de 100 Dias, iniciado já no primeiro dia da concessão. Com 41 ações prioritárias, esse plano trouxe impactos imediatos na segurança e na fluidez do tráfego, aumentando a confiança dos usuários e reafirmando nosso compromisso com uma rodovia mais eficiente. Dentre as principais entregas, destacam-se as intervenções no Trevo da Moeda, na Curva da Celinha e no Trevo Paulo VI, que, desde sua conclusão, registram ausência de acidentes – um reflexo direto da nossa atuação assertiva e comprometida.

Além das obras e melhorias estruturais, a EPR Via Mineira tem implementado inovações nos modelos de concessão, como:

- ✓ Desconto de Usuário Freqüente (DUF), beneficiando quem utiliza regularmente a rodovia;
- ✓ Desconto Básico de Tarifa (DBT) para todos os motoristas que utilizam TAGs de pagamento automático;
- ✓ Isenção de tarifa para motociclistas, garantindo maior acessibilidade e inclusão.

Nosso próximo passo é o investimento em tecnologia, que será fundamental para elevar ainda mais a eficiência operacional e a segurança da rodovia. Estamos estruturando a implantação de sistemas avançados de monitoramento por câmeras, que permitirão um controle mais preciso do tráfego e embasarão a criação de uma inteligência operacional estratégica. Esse projeto trará mais agilidade na tomada de decisão e aprimorará o atendimento aos usuários.

Além disso, em um futuro breve, a conectividade será uma realidade em todo o trecho da concessão, com cobertura 4G ao longo da BR-040. Essa infraestrutura ampliará a segurança e a experiência dos usuários, permitindo maior acesso à informação e eficiência nos serviços de atendimento.

Nosso compromisso vai além da infraestrutura viária. Buscamos impactos positivos nas comunidades ao longo da BR-040, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental. Com uma gestão baseada em eficiência, inovação e segurança, seguimos transformando a experiência de quem transita pela rodovia.

José Carlos Cassaniga



Destaques de 2024

Operacional e Regulatório

O Grupo EPR arrematou o processo licitatório (1º da relicitação da BR-040) no dia 11 de abril de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 04 de julho de 2024, sendo a assunção do contrato no dia 06 de agosto de 2024, data em que se iniciou a cobrança nas três praças de pedágio (Itabirito, Conselheiro Lafaiete e Barbacena).

A EPR Via Mineira realizou mais de 17 mil atendimentos aos usuários ao longo do ano de 2024. O Centro de Controle Operacional (CCO) da concessionária funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de serviços para os usuários das rodovias.

A EPR Via Mineira buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos no ano de 2024:

Atendimentos	2024
Socorro Médico	3.931
Socorro Mecânico	7.242
Atendimento (Caminhão Pipa)	382
Atendimento (Caminhão Boiadeiro)	507
Inspeções	4.964
TOTAL	17.026

Prêmio ANTT 2024

A EPR Via Mineira foi reconhecida com a Menção de Prata como Destaque Regulatório em 2024, a premiação levou em consideração as boas práticas regulatórias e operacionais realizadas.

O reconhecimento reflete os avanços promovidos durante o Plano de 100 Dias, uma inovação da EPR Via Mineira, que implementou melhorias significativas em 41 pontos mapeados na rodovia. Essas ações colaboraram com a redução de 26,6% de acidentes fatais e 38,8% no número de óbitos no período. Entre os principais serviços, destacam-se:

- 100 quilômetros de drenagens limpas;
- 900 quilômetros de roçada realizada;
- 14 mil tachas refletivas instaladas;
- 253 quilômetros de sinalização horizontal revitalizada;
- 235 toneladas de resíduos removidos;
- 500 novas placas de sinalização vertical implantadas.

Destaque também para as intervenções no Trevo da Moeda, na Curva da Celinha e no Trevo



Paulo VI, que, desde sua conclusão, registram ausência de acidentes.

Investimentos

A EPR Via Mineira encerrou o ano de 2024 com avanços significativos na segurança viária e a melhoria da infraestrutura nas rodovias sob sua administração. Mais de R\$ 75,9 milhões foram desembolsados entre obras de melhorias no trecho que fazem parte dos Trabalhos Iniciais previstos no contrato de concessão. As intervenções incluem fresagem, recomposição de pavimento, reparos localizados, revitalização de sinalização horizontal, instalação de placas e outros dispositivos de segurança.

Os investimentos realizados foram:

- 1.510 quilômetros de roçada;
- Aplicação 55 mil toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) em mais de 130 quilômetros de faixas;
- Remoção de 317 toneladas de lixo;
- Revitalização de 90.255 m² de sinalização horizontal;
- Implantação de 1.070 novas placas de sinalização;
- Instalação de 26.774 unidades de tachas refletivas;
- Posicionamento de 451 balizadores ao longo do trecho.

Aumento de capital

Em 04 de junho de 2024, a EPR Infraestrutura MG foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 reais, e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 27.499.950 (vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação e 27.500.050 (vinte e sete milhões, quinhentos mil e cinquenta) ações preferenciais, classe A, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 55.000.000, pelas acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, na EPR Via Mineira, perfazendo o total de R\$ 340.000.000, pelo acionista EPR Infraestrutura MG S.A. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 173.000 mil. Conforme definido no contrato de concessão, a Companhia tem o compromisso de aportar o restante do valor a integralizar até 04 de julho de 2025, 12 meses após o início das operações.

Econômico-Financeiros

A receita bruta com arrecadação de pedágio da Companhia foi de R\$ 158,2 milhões em 2024.

A receita líquida ajustada¹ em 2024 foi de R\$ 144,7 milhões.

¹ Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção



O tráfego em 2024 foi de 13,4 milhões de eixos equivalentes².

O EBITDA em 2024 foi de R\$ 95,5 milhões.

Em 2024, a Companhia registrou R\$ 97,8 milhões com custos de construção e desembolsou R\$ 75,9 milhões com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Programa de Integridade EPR

A EPR Infraestrutura MG e a EPR Via Mineira estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Compliance da EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas em abril de 2024 as seguintes políticas de integridade, que estão vigentes:

- (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno;
- (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta;
- (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- (iv) Política do Canal de Ética Não Retaliação e Gestão de Consequências;
- (v) Política de Conflito de Interesses;
- (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades;
- (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio;
- (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; e
- (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais

As referidas Políticas visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015), bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Como parte do aprimoramento do programa de integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. A estrutura dedicada ao tema estabeleceu processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, gestão de GRC, bem como revisão e inclusão de cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio.

O programa de integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos do programa estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta

² Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo



direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos e recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do programa de integridade. O Grupo EPR possui em seu programa um canal de ética imparcial, administrado por terceiro, disponível 24h, sete dias por semana, no qual a área de integridade tem como escopo conduzir, gerenciar e tratar as denúncias recebidas, além de deliberar os temas em comitê executivo de integridade e ética da EPR.

Sustentabilidade

Programas Ambientais e Sociais

Faz parte do escopo do Contrato de Concessão da EPR Via Mineira o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, o qual determina a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do Sistema Rodoviário.

O primeiro inventário será entregue à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT no início do 2º ano do Contrato de Concessão (2025).

A EPR Via Mineira realizou doações a projetos incentivados em 2024. Foram 5 projetos, voltados ao esporte, cultura, fundo de apoio a infância e adolescência e fundo de apoio ao idoso, no montante total de R\$ 1,7 milhões.

Implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI)

A EPR Via Mineira implantará em até dois anos da data de eficácia do Contrato de Concessão, os Sistemas de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental, com base na norma NBR ISO 14.001, conforme item 5 do PER e até o 24º (vigésimo quarto) mês da data de eficácia do Contrato de Concessão, o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na série de normas NBR ISO 45.001.

Implantação de monitoramento de chuvas

A EPR Via Mineira em parceria com o SMAC (Sistema de Monitoramento e Alerta Climatempo), realiza a coleta de dados e monitoramento contínuo de dados meteorológicos. Este monitoramento auxilia a equipe de Engenharia para ações práticas de prevenção e agilidade operacional, assegurando o atendimento ao usuário em situações climáticas extremas.

Recursos Humanos

Em 2024, a EPR Via Mineira registrou o maior número de contratações, totalizando 292 empregos diretos na região da concessão.

O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração.

A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está



comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso.

Desenvolvimento econômico dos municípios

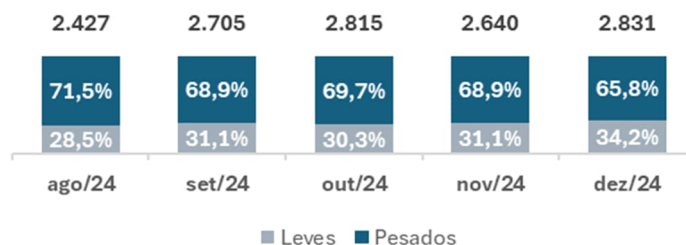
A EPR Via Mineira, no ano de 2024, repassou R\$ 7,7 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 15 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura.



Desempenho EPR Via Mineira

Tráfego

O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 06 de agosto de 2024 (início da arrecadação) até 31 de dezembro de 2024:



O tráfego acumulado em 2024 foi de 13,4 milhões de eixos equivalentes³, sendo 4,2 milhões de veículos leves e 9,2 milhões de veículos pesados.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	2024	2024%
Leves	4.175	31%
Pesados	9.243	69%
Total	13.418	100%

Tarifa Média

A tarifa média por eixo equivalente em 2024 foi de R\$ 11,79.

Receita

A cobrança de pedágio iniciou-se em 6 de agosto de 2024. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio em 2023, respectivamente. Apresentamos a receita apurada abaixo:

Receita (R\$ mil)	2024
Receita Bruta	256.078
Receita de serviços prestados	158.238
Receita de serviços de construção	97.840
Imposto sobre receitas operacionais	(13.504)
Receita Líquida	242.574
Receita Líquida Ajustada	144.734

A receita com arrecadação de pedágio foi de R\$ 158,2 milhões em 2024.

A receita líquida totalizou R\$ 242,6 milhões em 2024 e a receita líquida ajustada (excluindo a

³ Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo



receita com serviços de construção) totalizou R\$ 144,7 milhões.

Em 2024, 61% da arrecadação foi pela modalidade automática (AVI).

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Custo de serviços de construção	-	(97.840)
Serviços de terceiros	(427)	(22.313)
Com pessoal	-	(13.636)
Custo de concessão	-	(4.954)
Seguros e garantias	-	(1.909)
Depreciação e amortização	-	(1.868)
Combustíveis e lubrificantes	-	(1.677)
Aluguéis	-	(1.265)
Perda de arrecadação	-	(184)
Outros	(6)	(4.452)
Custos e Despesas Operacionais	(433)	(150.098)
Custos dos serviços prestados	-	(124.786)
Despesas gerais e administrativas	(433)	(25.312)
Custos e Despesas Operacionais	(433)	(150.098)

Em 2024, os custos de serviços de construção foram de R\$ 97,8 milhões de um total de R\$ 150,1 milhões, representando 65,2% do total de custos operacionais.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 95,5 milhões em 2024, com margem EBITDA ajustada de 66,0%.

EBITDA (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Receita líquida	-	242.574
Receita de construção	-	(97.840)
Receita Líquida Ajustada	-	144.734
Custos operacionais	-	(124.786)
Despesas operacionais	(433)	(25.312)
Outras receitas e despesas	-	1.177
Equivalência patrimonial	67.274	-
Custos de construção	-	97.840
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	66.841	(51.081)
EBIT	66.841	93.653
Depreciação e amortização	-	1.868
EBITDA	66.841	95.521
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>0,0%</i>	<i>66,0%</i>

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:



EBITDA (R\$ mil)	Controladora		Consolidado
	2024		2024
Prejuízo do exercício		59.564	59.564
(+) IR e CS - correntes e diferidos		627	33.696
(+) Resultado financeiro		6.650	393
(+) Depreciação e amortização		-	1.868
EBITDA		66.841	95.521

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Controladora		Consolidado
	2024		2024
Receitas Financeiras		45	8.017
Aplicações financeiras		45	8.014
Outras receitas		-	3
Despesas Financeiras		(6.695)	(8.409)
Juros sobre notas comerciais		(6.463)	(6.463)
Ajuste a valor presente		-	(1.062)
Impostos sobre receitas financeiras		(4)	(376)
Amortização dos custos de captação		(228)	(228)
Encargos financeiros		-	(280)
Resultado Financeiro		(6.650)	(392)

O resultado financeiro líquido consolidado foi de -R\$ 0,4 milhões em 2024. Este valor representa um incremento de lucro financeiro impactado principalmente pelo rendimento das aplicações financeiras, oriundas do capital aplicado.

Endividamento

Endividamento (R\$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	2024
1ª emissão				
Série única	120.000	CDI + 2.50% a.a.	jun-27	127.206
Total Dívida				127.206
Arrendamento mercantil				25.714
Caixa				(155.250)
Dívida Líquida				(2.330)

Em 20 de junho de 2024, a EPR Infraestrutura MG realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, de distribuição privada, no valor de R\$ 120.000 mil, com vencimento em 20 de junho de 2027.

O saldo negativo de endividamento se dá pelas aplicações financeiras realizadas, visto o início da cobrança do pedágio e o aporte de capital recebido, o qual gerou mais capital a ser aplicado. Não há saldo de dívidas a pagar registrado na EPR Via Mineira, pois sua controladora direta (EPR Infraestrutura MG S.A.) realizou a emissão de notas comerciais escriturais.



CAPEX

Capex (R\$ mil)	2024	%
Imobilizado	4.206	6%
Infraestrutura em construção	71.311	94%
Intangível	380	1%
Total	75.897	100%

Em 2024, a Companhia desembolsou R\$ 75,9 milhões, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para trabalhos iniciais, conforme preconiza o contrato de concessão.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 59,8 milhões.



Governança Corporativa

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração

A Administração da EPR Infraestrutura MG S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 20 de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.



Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	242.574
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	(124.786)
LUCRO BRUTO	-	117.788
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(433)	(25.312)
Outras receitas (despesas)	-	1.177
Equivalência patrimonial	67.274	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	66.841	93.653
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	45	8.017
Despesas Financeiras	(6.695)	(8.410)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	60.191	93.260
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	-	(34.873)
Diferidos	(439)	1.365
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	59.752	59.752
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	0,1246	0,1246



Balanço Patrimonial

ATIVO	Controladora	Consolidado	PASSIVO	Controladora	Consolidado
	2024	2024		2024	2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	496	155.250	Fornecedores	100	33.945
Contas a receber	-	23.656	Debêntures	7.864	7.864
Partes relacionadas	-	945	Arrendamento mercantil a pagar	-	3.791
Impostos a recuperar	12	680	Obrigações sociais	-	3.369
Adiantamentos a fornecedores	-	1.523	Obrigações fiscais	3	6.519
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.977	-	Partes relacionadas	127	1.026
Outros ativos	-	2.013	Credores pela concessão	-	1.404
Total do ativo circulante	16.485	184.067	Total do passivo circulante	8.094	57.918
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Valores a receber do poder concedente	-	1.177	Debêntures	119.342	119.342
Recursos vinculados	-	4.913	Arrendamento mercantil a pagar	-	21.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.804	Credores pela concessão	-	5.747
Realizável a longo prazo	-	7.894	Imposto de renda e contribuição social diferidos	439	439
Investimento	226.142	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	47
Direito de uso em arrendamento	-	25.224	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.911	14.911
Imobilizado	-	4.119	Total do passivo não circulante	134.692	162.409
Infraestrutura em construção	-	91.030	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível	-	7.834	Capital social	550	550
Total do ativo não circulante	226.142	136.101	Reserva de capital	54.450	54.450
TOTAL DO ATIVO	242.627	320.168	Reserva legal	110	110
			Reserva de lucros	44.731	44.731
			Lucros (Prejuízos) acumulados	-	-
			Total do patrimônio líquido	99.841	99.841
			TOTAL DO PASSIVO	142.786	220.327
			TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	242.627	320.168



Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	60.191	93.260
Ajustes de:		
Equivalência patrimonial	(67.274)	-
Juros sobre notas comerciais	6.462	6.462
Amortização dos custos de captação de notas comerciais	228	228
Ajuste a valor presente	-	1.062
Depreciação e amortização	-	1.868
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	47
Credores pela concessão	-	5.705
Provisão para participação nos lucros	-	1.537
Perdas de arrecadação	-	184
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	-	(23.840)
Valores a receber do poder concedente	-	(1.177)
Partes relacionadas	-	(945)
Impostos a recuperar	(12)	(680)
Adiantamentos a fornecedores	-	(1.523)
Depósitos judiciais	-	-
Outros ativos	-	(2.013)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	100	8.467
Obrigações sociais	-	1.832
Obrigações fiscais	3	3.273
Partes relacionadas	127	1.026
Credores pela concessão	-	1.404
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(175)	96.177
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(31.626)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(175)	64.551
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de capital em controladas	(173.000)	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	(71.311)
Aquisições de itens de intangível	-	(380)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	-	(4.206)
Recursos vinculados	-	(4.871)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(173.000)	(253.811)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social e reserva de capital	55.000	55.000
Emissão de notas comerciais	120.000	120.000
Custos de captação de notas comerciais	(1.329)	(1.329)
Pagamento de arrendamento mercantil	-	(2.204)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	173.671	171.467
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	496	155.250
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	496	155.250



**Shape the future
with confidence**

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e acionistas da
EPR Infraestrutura MG S.A.
Uberlândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura MG S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade



**Shape the future
with confidence**

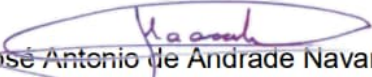
operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F


José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

EPR Infraestrutura MG S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado
	Nota explicativa	2024	2024
ATIVOS			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	496	155.250
Contas a receber	6	-	23.656
Partes relacionadas	15	-	945
Impostos a recuperar		12	680
Adiantamentos a fornecedores		-	1.523
Dividendos a receber	15	15.977	-
Outros ativos		-	2.013
Total dos ativos circulantes		16.485	184.067
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber do poder concedente	7	-	1.177
Recursos vinculados	9	-	4.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	1.804
Total do realizável a longo prazo		-	7.894
Investimento	10	226.142	-
Direito de uso em arrendamento	11	-	25.224
Imobilizado	12	-	4.119
Infraestrutura em construção	13	-	91.030
Intangível	14	-	7.834
		226.142	128.207
Total dos ativos não circulantes		226.142	136.101
TOTAL DOS ATIVOS		242.627	320.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2024</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	100	33.945
Notas comerciais	17	7.864	7.864
Arrendamento mercantil a pagar	11	-	3.791
Obrigações sociais	18	-	3.369
Obrigações fiscais	19	3	6.519
Partes relacionadas	15	127	1.026
Credores pela concessão	20	-	1.404
Total dos passivos circulantes		8.094	57.918
NÃO CIRCULANTE			
Notas comerciais	17	119.342	119.342
Arrendamento mercantil a pagar	11	-	21.923
Credores pela concessão	20	-	5.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	439	439
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		-	47
Dividendos a pagar	22	14.911	14.911
Total dos passivos não circulantes		134.692	162.409
TOTAL DOS PASSIVOS		142.786	220.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	550	550
Reserva de capital		54.450	54.450
Reserva legal		110	110
Reserva de lucros		44.731	44.731
Total do patrimônio líquido		99.841	99.841
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		242.627	320.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações do resultado

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	23	-	242.574
Custo dos serviços prestados	24	-	(124.786)
LUCRO BRUTO		-	117.788
Despesas gerais e administrativas	24	(433)	(25.312)
Outras receitas e despesas	26	-	1.177
Equivalência patrimonial	10	67.274	-
LUCRO OPERACIONAL		66.841	93.653
Receitas financeiras	25	45	8.017
Despesas financeiras	25	(6.695)	(8.410)
RESULTADO FINANCEIRO		(6.650)	(393)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		60.191	93.260
Imposto de renda e contribuição social		(439)	(33.508)
Correntes	8	-	(34.873)
Diferidos	8	(439)	1.365
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		59.752	59.752
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	27	0,1246	0,1246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	59.564	59.564
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>59.564</u>	<u>59.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 20 de maio de 2024	22	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social		550	54.450	-	-	-	55.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	59.752	59.564
Destinações do lucro do período:							
Constituição de reserva legal	22	-	-	110	-	(110)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	-	(14.911)	(14.911)
Constituição de reserva de lucros	22	-	-	-	44.731	(44.731)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		550	54.450	110	44.731	-	99.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2024	Consolidado 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		60.191	93.260
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial	10	(67.274)	-
Juros sobre notas comerciais	25	6.462	6.462
Amortização dos custos de captação de notas comerciais	25	228	228
Ajuste a valor presente	25	-	1.062
Depreciação e amortização	24	-	1.868
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		-	47
Credores pela concessão	20	-	5.705
Provisão para participação nos lucros	18	-	1.537
Perdas de arrecadação	24	-	184
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	-	(23.840)
Valores a receber do poder concedente	7	-	(1.177)
Partes relacionadas	15	-	(945)
Impostos a recuperar		(12)	(680)
Adiantamentos a fornecedores		-	(1.523)
Outros ativos		-	(2.013)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	16 e 31	100	8.467
Obrigações sociais	18	-	1.832
Obrigações fiscais	29	3	3.273
Partes relacionadas	15	127	1.026
Credores pela concessão	20	-	1.404
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(175)	96.177
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(31.626)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(175)	64.551
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital social em controlada	10	(173.000)	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	13 e 31	-	(71.311)
Aquisições de itens de intangível	14	-	(380)
Aquisições de itens de imobilizado	12	-	(4.206)
Recursos vinculados	9	-	(4.871)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(173.000)	(80.768)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social e reserva de capital	22	55.000	55.000
Emissão de notas comerciais	17	120.000	120.000
Custos de captação de notas comerciais	17	(1.329)	(1.329)
Pagamentos de arrendamento mercantil	11	-	(2.204)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		173.671	171.467
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		496	155.250
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5	496	155.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2024	Consolidado 2024
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	23	-	158.238
Receita dos serviços de construção	23	-	97.840
Desconto de usuário frequente	26	-	1.177
		-	257.255
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		-	(8.410)
Custo dos serviços de construção	24	-	(97.840)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(427)	(17.097)
Custo da concessão	24	-	(4.954)
Outros custos		(6)	(5.647)
		(433)	(133.948)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(433)	123.307
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	24	-	(1.868)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		(433)	121.439
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Equivalência patrimonial	10	67.274	-
Receitas financeiras	25	45	8.017
		67.319	8.017
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		66.886	129.456
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		66.886	129.456
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		-	10.710
Benefícios		-	1.758
FGTS		-	547
Impostos, taxas e contribuições:		439	47.149
Federais (incluindo IOF)		439	39.488
Municipais		-	7.661
Remuneração de capitais de terceiros:		66.447	69.292
Juros sobre notas comerciais	25	6.462	6.462
Aluguéis	24	-	1.265
Outras despesas financeiras		233	1.813
Dividendos		14.911	14.911
Lucros retidos		44.841	44.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A EPR Infraestrutura MG S.A. (“EPR Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 20 de maio de 2024, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Maranhão, nº 1666, conjunto 65, Bairro Umuarama, no município de Uberlândia - MG.

A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

Segmento Operacional

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua principal atividade.

Controlada	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Participação	
				Participação	2024
EPR Via Mineira S.A.	Concessão de rodovias	Nº 04/2023	Jul/54	Direta	100%

Constituída em 20 de maio de 2024, a EPR Via Mineira S.A. (“Via Mineira”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão.

A concessão celebrada através do contrato n.º 004/2023, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), com prazo de concessão de 30 anos, com data de início de concessão efetiva em 04 de julho de 2024, fornece ao Grupo o direito de exploração de concessão por meio de serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 06 de agosto de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão.

A Via Mineira é responsável pela operação e manutenção de 232 km do trecho da BR-040, abrangendo 15 municípios de Minas Gerais. A concessionária tem como principais obrigações, conforme o contrato de concessão:

- Recuperação e manutenção do sistema rodoviário e dos serviços prestados;
- Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais;
- Obras de melhoria envolvendo travessias urbanas, vias marginais, iluminação, passarelas, acessos, pontos de ônibus, ciclovias, passagem de fauna, entre outras obras e
- Obras de manutenção de nível de serviços.

Durante o período, o Grupo realizou investimentos significativos na recuperação da infraestrutura rodoviária, reforçando seu compromisso com a segurança viária, fluidez do tráfego e qualidade dos serviços prestados aos usuários. O total investido no período foi de R\$ 97.840 distribuído entre diversas frentes de trabalho essenciais para a operação e conservação da rodovia. Os principais investimentos contemplaram:

- Pavimentação: recuperação do pavimento para garantir maior conforto e segurança aos usuários;
- Implantação e recuperação de edificações e instalações: construção e reforma de instalações operacionais e de apoio;
- Canteiro central e faixa de domínio: ações voltadas à preservação das áreas adjacentes à rodovia;
- Sinalização e elementos de proteção e segurança viária: instalação de sinalizações verticais e horizontais, defensas metálicas e demais dispositivos de segurança;
- Terraplenos e estruturas de contenção: obras para estabilização de encostas e reforço estrutural;
- Sistema de drenagem e obras de arte correntes: melhorias na drenagem e execução de obras hidráulicas para prevenção de alagamentos e erosões;
- Obras-de-arte especiais: recuperação de pontes, viadutos e passarelas; e
- Sistemas elétricos e de iluminação: implantação e modernização da iluminação ao longo do trecho concedido.

Esses investimentos refletem o compromisso do Grupo com a excelência na gestão da infraestrutura viária, contribuindo para a segurança, eficiência e conforto dos usuários da rodovia.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de sua controlada.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem efeito mais significativo nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Capitalização do ativo intangível

A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que a empresa distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis.

(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível

O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Receita de construção

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, o mesmo deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. O Grupo entende que as contratações de serviços de construção são feitas a preços de mercado, razão pela qual não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

(iv) Imposto de renda diferido

O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados.

Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes, vide divulgações na Nota 9.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 28.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2 Investimento

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e sua controlada direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que ela se torna sua controlada.

A controlada possui o mesmo exercício social da Companhia.

4.3 Receitas de contratos com clientes

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário pertinente aos recursos vinculados da concessão.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

4.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como por exemplo Softwares, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Para o âmbito da concessão, a infraestrutura referente ao contrato de concessão são registrados dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a controlada Via Mineira atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispendios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.6 Ativos imobilizados

Computadores e periféricos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; e
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.7 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das notas comerciais atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

4.8 Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela controlada Via Mineira relativos ao empréstimo.

A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

4.9 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo.

4.10 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;+
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial

A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na Nota 29.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.12 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.14 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4.16 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, descontos financeiros obtidos e ajuste a valor presente de ativos e passivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e notas comerciais, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

4.19 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço.

4.20 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

4.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.23 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.24 Questões climáticas

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

4.25 Eventos após o período do relatório

Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) – Especificação de requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém (equivale ao CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e introdução de uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses (equivale ao CPC 26 (R1)); e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores – Esclarecimento das características de acordos de financiamento de fornecedores e exigência de divulgações adicionais desses acordos com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade (equivale ao CPC 40 (R1)).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Numerários em trânsito	-	152
Caixa e contas bancárias	3	568
Aplicações financeiras	493	154.530
Total	<u>496</u>	<u>155.250</u>

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024.

6. Contas a receber

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Pedágio eletrônico a receber	23.656
Total	<u>23.656</u>

A controlada Via Mineira faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece estimativa para perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada reconheceu R\$ 184 (Nota 24) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre essas contas a receber.

O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 é evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
A vencer	23.595
Vencidos	
Até 1 mês	21
De 1 a 2 meses	40
Total	<u>23.656</u>

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Valores a receber do poder concedente

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Desconto de usuário frequente ("DUF") (Nota 26)	1.177
Total	<u>1.177</u>

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela controlada Via Mineira, conforme regras previstas no contrato de concessão. No primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração anual realizada pela controlada. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Via Mineira registrou somente adições a título de DUF, não recebendo nenhum reembolso durante o período.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.191	93.260
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(20.465)	(31.709)
Ajustes para alíquota efetiva		
Equivalência patrimonial	22.873	-
Incentivos fiscais	-	1.127
Adições/exclusões permanentes	-	(79)
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	(2.847)	(2.847)
Total	(439)	(33.508)
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(34.873)
Diferidos	(439)	1.365
Total	(439)	(33.508)
Alíquota efetiva de impostos	1%	36%

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora
	2024
Ativo fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	188
	188
Passivo fiscal diferido	
Capitalização de juros	(627)
	(627)
Passivo fiscal diferido líquido	(439)
	Consolidado
	2024
Ativo fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	188
Provisão para fornecedores	633
Provisão para participação nos lucros	523
Arrendamento mercantil	309
Credores pela concessão	276
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16
Outros ativos diferidos	47
Passíveis de compensação	(188)
	1.804
Ativo fiscal diferido líquido	
Passivo fiscal diferido	
Capitalização de juros	(627)
Passíveis de compensação	188
	(439)
Passivo fiscal diferido líquido	

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2024 os montantes de R\$ 2.276 e R\$ 759 referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Recursos vinculados

A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% da receita tarifária arrecadada pela controlada Via Mineira. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é referente aos depósitos realizados no período.

	Consolidado
	2024
Saldo no início do período	-
(+) Depósitos de recursos vinculados	4.139
(+) Rendimento de recursos vinculados	42
(+) Provisão sobre contas a receber (a)	732
Saldo no final do período	4.913

(a) Refere-se a 3% sobre as contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2024.

10. Investimento

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Investida	Controle	Participação	2024
		2024	
EPR Via Mineira S.A.	Controlada	100%	226.142
			226.142

a) Movimentação dos investimentos

A movimentação do investimento em controlada é demonstrada abaixo:

Controlada	Aumento de capital social	Equivalência patrimonial	Juros capitalizados (a)	Dividendos	2024
EPR Via Mineira S.A.	173.000	67.274	1.845	(15.977)	226.142
Total	173.000	67.274	1.845	(15.977)	226.142

(a) O montante de R\$ 1.845 (Nota 17) refere-se aos juros capitalizados da Companhia. Com o objetivo de financiar os investimentos necessários na controlada Via Mineira, a Companhia captou recursos por meio de notas comerciais. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas de “Investimento” em contrapartida aos “Juros sobre notas comerciais” no Resultado Financeiro. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como uma adição ao “Intangível em andamento” na Infraestrutura em Construção (Nota 13) em contrapartida aos “Juros sobre notas comerciais” no Resultado Financeiro.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Informações financeiras resumidas da controlada

(i) Balanço patrimonial

	<u>2024</u>
Ativo circulante	183.559
Ativo não circulante	134.257
Total do ativo	<u>317.816</u>
Passivo circulante	65.802
Passivo não circulante	27.717
Total do passivo	<u>93.519</u>
Patrimônio líquido	<u>224.297</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>317.816</u>

(ii) Demonstração do resultado

	<u>2024</u>
Lucro bruto	117.788
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(23.702)
Resultado financeiro	6.257
Lucro operacional antes dos impostos	<u>100.343</u>
Imposto de renda e contribuição social	(33.069)
Lucro líquido do período	<u>67.274</u>

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar

a) Direito de uso de arrendamento

A movimentação do ativo direito de uso do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado			
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Imóveis (c)	Total
<u>Custo do direito de uso</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
(+) Adições	16.969	5.128	4.759	26.856
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.969	5.128	4.759	26.856
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
(+) Amortização	(1.131)	(342)	(159)	(1.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.131)	(342)	(159)	(1.632)
<u>Direito de uso líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.838	4.786	4.600	25.224
Taxa de amortização – a.a.	20%	20%	10%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se à locação de sede administrativas.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado
	2024
Saldo no início do período	
(+) Adições	26.856
(+) Ajuste a valor presente (Nota 25)	1.062
(-) Pagamentos	(2.204)
Saldo no final do período	25.714
Circulante	3.791
Não Circulante	21.923

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos mercantis são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando a taxa de 13,38% a.a. Em 31 de dezembro de 2024, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 10.393.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado
	2024
2026	4.298
2027	4.873
2028	5.525
2029	4.238
2030	490
Após 2030	2.499
Total	21.923

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 12,25% a.a., similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.

	Consolidado				
	2024	2025	2026	2027	2027 em diante
Fluxo real (contabilizado)					
Direito de uso em arrendamentos	26.856	25.224	20.329	15.434	10.539
(-) Amortização	(1.632)	(4.895)	(4.895)	(4.895)	(10.539)
	25.224	20.329	15.434	10.539	-
Passivo de arrendamento	26.856	25.714	21.923	17.624	12.751
(-) Encargos financeiros	(1.142)	(3.791)	(4.299)	(4.873)	(12.751)
	25.714	21.923	17.624	12.751	-
Fluxo nominal					
Direito de uso em arrendamentos	30.146	28.314	22.819	17.324	11.829
(-) Amortização	(1.832)	(5.495)	(5.495)	(5.495)	(11.829)
	28.314	22.819	17.324	11.829	-
Passivo de arrendamento	30.146	28.864	24.609	19.785	14.314
(-) Encargos financeiros	(1.282)	(4.255)	(4.824)	(5.471)	(14.314)
	28.864	24.609	19.785	14.314	-

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Consolidado		
	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	4.201	5	4.206
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.201	5	4.206
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Depreciação	(87)	-	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(87)	-	(87)
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.114	5	4.119
Taxa de depreciação - a.a.	20%	-	

13. Infraestrutura em construção

	Consolidado		
	Intangível em andamento (a)	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	97.840	793	98.633
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 14)	(7.603)	-	(7.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	90.237	793	91.030

- (a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho.

Os juros e custos sobre as notas comerciais são capitalizados a uma taxa de 3,71% a.a. nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no período findo em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R\$ 1.845.

A controlada Via Mineira, em 31 de dezembro de 2024, estava atendendo o escopo de trabalhos iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários. A expectativa de conclusão dessa etapa é maio/2025.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

	Consolidado		
	Software	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	380	-	380
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 13)	-	7.603	7.603
Saldo em 31 de dezembro de 2024	380	7.603	7.983
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(-) Amortização	(21)	(128)	(149)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(21)	(128)	(149)
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	359	7.475	7.834
Taxa anual média de amortização - a.a.	20%	3,23%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. O Grupo concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024.

15. Partes relacionadas

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>
Ativo circulante	
<u>Dividendos a receber</u>	
EPR Via Mineira S.A.	15.977
Total	<u><u>15.977</u></u>
Passivo circulante	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Participações S.A. (anteriormente EPR 2 Participações S.A.) (a)	127
	<u>127</u>
Passivo não circulante	
<u>Dividendos a pagar</u>	
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	14.165
EPR Participações S.A.	746
	<u>14.911</u>
Total	<u><u>15.038</u></u>
	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Ativo circulante	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Litoral Pioneiro S.A. (a)	719
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	198
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	28
Total	<u><u>945</u></u>
Passivo circulante	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Participações S.A. (a)	952
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	36
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	23
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	15
	<u>1.026</u>
Passivo não circulante	
<u>Dividendos a pagar</u>	
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	14.165
EPR Participações S.A.	746
	<u>14.911</u>
Total	<u><u>15.937</u></u>

- (a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA).

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o período de 2024, o Grupo realizou transações de compartilhamento de despesas administrativas com empresas do mesmo grupo econômico, com efeito caixa líquido, de um desembolso de R\$ 3.617.

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-
(+) Compartilhamento de custos	-	280
(+) Gerenciamento de obras	-	-
(-) Pagamentos / Recebimentos financeiros	-	(153)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	127

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
(+) Compartilhamento de custos	1.988	5.686
(+) Gerenciamento de obras	-	-
(-) Pagamentos / Recebimentos financeiros	(1.043)	(4.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	945	1.026

Remuneração da administração

No período findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 504 referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Fornecedores operacionais	100	33.945
Total	100	33.945

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Notas comerciais

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas Contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora 2024</u>
1º emissão – Série única	120.000	CDI + 2,50% a.a.	Jun/2027	128.307
				128.307
			Custo de captação	(1.101)
			Total	127.206
			Circulante	7.864
			Não Circulante	119.342

A movimentação do período findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>Controladora 2024</u>
Saldo no início do período	-
(+) Captações	120.000
(+) Juros provisionados (Nota 25)	6.462
(+) Juros capitalizados (Notas 10 e 13)	1.845
(-) Custos de captação	(1.329)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 25)	228
Saldo no final do período	127.206

Abaixo é demonstrado o saldo de notas comerciais não circulante, por ano de vencimento:

	<u>Controladora 2024</u>
2027	119.342
Total	119.342

Garantia fidejussória e garantias reais:

As Notas Comerciais contam com garantia fidejussória e garantias reais:

- Aval da garantidora EPR Participações S.A.;
- Alienação fiduciária de ações da emissora e cessão fiduciária pela emissora de totalidade dos direitos creditórios em conta vinculada;
- Alienação Fiduciária pela EPR Participações S.A. e FIP Voyager da totalidade das ações de titularidade da garantidora e do FIP Voyager, de emissão da emissora.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a:

- (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elididos no prazo legal;
- (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido;
- (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores;
- (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia;
- (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor;
- (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida;
- (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

O Grupo monitora regularmente o cumprimento das condições estabelecidas nas cláusulas restritivas. O Grupo está adimplente com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

18. Obrigações sociais

	Consolidado
	2024
Provisão para participação nos lucros	1.537
Provisão para férias e 13º salário	1.013
Salários e encargos sociais	819
Total	3.369

19. Obrigações fiscais

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Impostos sobre serviços – ISS	-	1.847
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	1.082
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	1.061
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	-	1.060
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	498
Programa de integração social – PIS	-	225
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	180
Tributos federais retidos	3	566
Total	3	6.519

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Credores pela concessão

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Recursos vinculados (a)	4.936
Recurso para desenvolvimento tecnológico (b)	525
Verba de segurança no trânsito (c)	166
Verba de fiscalização (d)	713
Mecanismo de demanda – Banda Contratual (e)	811
Total	<u>7.151</u>
Circulante	1.404
Não Circulante	5.747

- (a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados.

Conforme decisão do poder concedente, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente;
- ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado ao Grupo a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

- (b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão o Grupo deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico.
- (c) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisionada a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela ANTT. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. A ANTT definirá a forma e o momento em que o Grupo deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito.
- (d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão.
- (e) O mecanismo de compartilhamento do risco de demanda é um instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação do tráfego estimado. Esse mecanismo opera dentro de uma banda de variação predefinida, sendo aplicável tanto para redução quanto para aumento do tráfego em relação aos valores de referência. Caso o tráfego real acumulado fique abaixo do limite mínimo estabelecido, o Grupo poderá ser compensado financeiramente. Da mesma forma, caso o tráfego exceda o limite máximo, o Grupo deverá compartilhar os ganhos com o poder concedente. As obrigações de investimentos e serviços da concessionária não são afetadas pela aplicação do mecanismo, que é apurado periodicamente e submetido à validação da ANTT.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação de credores pela concessão no período de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Saldo no início do período	-
(+) Custo da concessão (Nota 24)	4.143
(+) Provisão de banda contratual (Nota 24)	811
(+) Provisão de recursos vinculados	4.894
(+) Rendimento de recursos vinculados	42
(-) Pagamentos	(2.739)
Saldo no final do período	<u>7.151</u>

21. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Processos com perda possível

A controlada Via Mineira é ré em causas com prognósticos de perda possível que, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R\$ 150. Estas causas judiciais estão relacionadas a discussões relacionadas ao atendimento a parâmetros contratuais, bem como indenização por responsabilidade civil e outros, de menor valor individual, de naturezas diversas.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de maio de 2024, a Companhia foi constituída com a subcrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 27.499.950 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pela acionista EPR Participações S.A. (anteriormente EPR 2 Participações S.A.), e 27.500.050 ações preferenciais e sem valor nominal pela acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura -IE, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 55.000. O valor foi totalmente integralizado, sendo R\$ 550 destinado à conta de de capital social e R\$ 54.450 destinado à conta de reserva de capital.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 550, conforme demonstrado a seguir:

Sócios	2024		R\$	Percentual de participação	
	Ordinárias	Preferenciais		Votante	Total
EPR Participações S.A.	27.500.050	-	275	100,00%	50,00%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	27.500.050	275	-	50,00%
	<u>27.500.050</u>	<u>27.500.050</u>	<u>550</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Características das ações preferenciais

As ações preferenciais possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é um valor reservado, com o objetivo de fortalecer a posição financeira da Companhia e garantir a continuidade das suas operações, esses recursos não são destinados à distribuição de lucros, podendo ser utilizados em casos específicos, como para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de capital correspondia a R\$ 54.450.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do Capital Social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2024 a reserva de capital correspondia a R\$ 110.

d) Reserva de lucros

Refere-se exclusivamente a parcela do lucro líquido da Companhia no montante de R\$ 44.731. Conforme requerido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do montante.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>
Lucro líquido do período	59.752
Lucro ajustado	<u>59.752</u>
(-) Reserva legal (5%)	(110)
Base para distribuição de dividendos	<u>59.642</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	14.911

Os dividendos a pagar foram reconhecidos no passivo não circulante em função das notas comerciais possuírem cláusulas restritivas que limitam o pagamento de dividendos até a liquidação das mesmas.

23. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Receitas operacionais	
Receita de serviços prestados	158.238
Receita de serviços de construção	97.840
Receita bruta	<u>256.078</u>
Deduções da receita	
Tributos sobre receita de serviços prestados	(13.504)
Receita operacional líquida	<u>242.574</u>

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Custos e despesas		
Custo de serviços de construção	-	(97.840)
Serviço de terceiros	(427)	(22.313)
Com pessoal	-	(13.636)
Custo da concessão (Nota 20)	-	(4.954)
Seguros e garantias	-	(1.909)
Depreciação e amortização	-	(1.868)
Combustíveis e lubrificantes	-	(1.677)
Aluguéis	-	(1.265)
Perdas de arrecadação (Nota 6)	-	(184)
Outros	(6)	(4.452)
Total	(433)	(150.098)
Custo dos serviços prestados	-	(124.786)
Despesas gerais e administrativas	(433)	(25.312)

25. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	45	8.014
Outras receitas	-	3
Total	45	8.017
Despesas financeiras		
Juros sobre notas comerciais (Nota 17)	(6.462)	(6.462)
Ajuste a valor presente (Nota 11)	-	(1.062)
Impostos sobre receitas financeiras	(5)	(377)
Amortização dos custos de captação (Nota 17)	(228)	(228)
Encargos financeiros	-	(280)
Total	(6.695)	(8.409)
Resultado financeiro	(6.650)	(392)

26. Outras receitas e despesas

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Desconto de usuário frequente (Nota 7)	1.177
Total	1.177

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado por ação

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	3.092	3.092
Média ponderada das ações ordinárias	24.823	24.823
Resultado básico e diluído por ação – R\$	<u>0,1246</u>	<u>0,1246</u>

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão Geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	496	155.250
Contas a receber (Nota 6)	-	23.656
Valores a receber do poder concedente (Nota 7)	-	1.177
Partes relacionadas (Nota 15)	-	945
Recursos vinculados (Nota 9)	-	4.913
Dividendos a receber (Nota 15)	15.977	-
Total	16.473	185.941

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e notas comerciais.

	<u>Controladora</u>			
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>> 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores (Nota 16)	100	-	-	100
Notas comerciais (Nota 17)	7.864	119.342	-	127.206
Partes relacionadas (Nota 15)	127	-	-	127
Dividendos a pagar (Nota 22)	-	14.911	-	14.911
Total	8.091	134.253	-	142.344

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>> 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores (Nota 16)	33.945	-	-	33.945
Notas comerciais (Nota 17)	7.864	119.342	-	127.206
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 11)	3.791	18.934	2.989	25.714
Partes relacionadas (Nota 15)	1.026	-	-	1.026
Credores pela concessão (Nota 20)	1.404	-	5.747	7.151
Dividendos a pagar (Nota 22)	-	14.911	-	14.911
Total	48.030	153.187	8.736	209.953

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e notas comerciais.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Controladora								
Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativo financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 5)	493	Variação CDI	12,25%	60	75	91	45	30
Passivo financeiro								
Notas comerciais (Nota 17)	128.307	Variação CDI	12,25%	15.718	19.647	23.576	11.788	7.859

Consolidado								
Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativo Financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 05)	154.530	Variação CDI	12,25%	18.930	23.662	28.395	14.197	9.465
Passivo financeiro								
Notas comerciais (Nota 17)	128.307	Variação CDI	12,25%	15.718	19.647	23.576	11.788	7.859

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Risco regulatório

O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Via Mineira, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, inclusive de natureza financeira (contraprestações e aportes), por parte do poder concedente, especialmente no caso de contratos de parceria público-privada, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Fornecedores (Nota 16)	100	33.945
Notas comerciais (Nota 17)	127.206	127.206
Arrendamento mercantil (Nota 11)	-	25.714
Credores pela concessão (Nota 20)	-	7.151
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(496)	(155.250)
Dívida líquida (Caixa líquido de dívidas)	126.810	38.766
Patrimônio líquido	99.841	99.841
Capital social e dívida líquida	226.651	138.607
Quociente de alavancagem	56%	28%

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	<u>Classificação</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>2024</u>	
		<u>Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativo			
Caixa e numerários (Nota 5)	2	3	3
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	493	493
Dividendos a receber (Nota 15)	2	15.977	15.977
		16.473	16.473
Passivo			
Fornecedores (Nota 16)	2	100	100
Notas comerciais (Nota 17)	2	127.206	127.206
Partes relacionadas (Nota 15)	2	127	127
Dividendos a pagar (Nota 22)	2	14.911	14.911
		142.344	142.344

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Classificação	Consolidado	
		2024	
		Contábil	Valor Justo
Ativo			
Caixa e numerários (Nota 5)	2	720	720
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	154.530	154.530
Contas a receber (Nota 6)	2	23.656	23.656
Valores a receber do poder concedente (Nota 7)	2	1.177	1.177
Partes relacionadas (Nota 15)	2	945	945
Recursos vinculados (Nota 9)	2	4.913	4.913
		185.941	185.941
Passivo			
Fornecedores (Nota 16)	2	33.945	33.945
Notas comerciais (Nota 17)	2	127.206	127.206
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 11)	2	25.714	25.714
Partes relacionadas (Nota 15)	2	1.026	1.026
Credores pela concessão (Nota 20)	2	7.151	7.151
Dividendos a pagar (Nota 22)	2	14.911	14.911
		209.953	209.953

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

29. Garantias e seguros

A controlada Via Mineira, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Riscos cobertos	Consolidado		
	Vigência		Limites de indenização
	Início	Vencimento	
Seguro garantia	24/06/2024	24/08/2025	271.247
Riscos operacionais	24/06/2024	24/08/2025	42.000
Responsabilidade civil geral	24/06/2024	24/08/2025	30.000

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Compromissos

A controlada Via Mineira tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e
- Manutenção de nível de serviço – Do 6º ao 30º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a controlada Via Mineira assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (“EVTEA”), em R\$ 5.159.599, sendo R\$ 2.952.778 destinados à expansão e melhorias e R\$ 2.206.821 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 164 quilômetros de pistas, a implantação de 42 quilômetros de acostamento e 15 quilômetros de vias marginais.

Além do estabelecido acima, a controlada Via Mineira também possui as seguintes obrigações:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada Via Mineira em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a controlada Via Mineira deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	<u>R\$</u>
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	261.000 (*)
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	130.000
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	261.000

(*) O valor do seguro garantia deve ser atualizado pelo índice IRT/IPCA anualmente, conforme previsto no contrato de concessão junto a ANTT.

EPR Infraestrutura MG S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Transações que não afetaram caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(25.478)
Juros capitalizados (Nota 17)	1.845
Direito de uso (Nota 11)	26.856